

**A CONTRIBUIÇÃO DE ROBERTO SIMONSEN PARA A
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA APLICADA NO BRASIL**

Moacir de FREITAS JUNIOR¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é investigar a importância de Roberto Simonsen e das pesquisas sobre as condições de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo realizadas pela Escola Livre de Sociologia e Política, nos anos 1930 para a consolidação da Sociologia aplicada no Brasil. Propomos a investigação da influência de Roberto Simonsen na utilização desse modelo de Sociologia nas citadas pesquisas, as influências intelectuais que justificaram as escolhas tanto dos pesquisadores quanto da metodologia e as consequências práticas dessas atitudes para a Sociologia e para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Condições de vida. Institucionalização da sociologia no Brasil.

O presente artigo busca investigar a contribuição de Roberto Simonsen e das pesquisas sobre as condições de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo por ele inspiradas, dirigidas por professores da Escola Livre de Sociologia e Política nos anos 1930, para a consolidação da Sociologia aplicada no Brasil. O pensamento do intelectual e empresário acerca das transformações pelas quais o Brasil atravessava no período analisado, tanto do ponto de vista econômico como social, foram alicerces de sua atuação na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933. A realização das duas pesquisas sobre a condição de vida dos trabalhadores de São Paulo que aconteceram no ano seguinte, em 1934, sob o comando do Professor Horace Davis, e em 1937, dessa vez encabeçada pelo Professor Samuel Lowrie, também contribuíram de forma importante para a implantação da sociologia aplicada no Brasil.

Em “Rumo à Verdade”, título que deu ao seu discurso quando da inauguração da ELSP, Simonsen afirmou sua afinidade com a obra de *Le Play*, especialmente *Les ouvriers européens* (1876), pois em seu entendimento, esse autor seria o pioneiro da sociologia aplicada, dirigida especificamente para a solução de uma questão concreta, adequada, portanto, a seu entendimento sobre as ciências sociais (SIMONSEN, 1933), o que debateremos com maior acuidade ao longo do trabalho. Temos, portanto, uma declaração de afinidade com determinada modalidade de sociologia, que busca intervir diretamente na

¹ Doutorando em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Pós-graduação em Sociologia. Araraquara - SP – Brasil. 14.800-901 - moacirfreitasjr@yahoo.com.br

realidade estudada, no sentido de apresentar soluções aplicáveis à resolução dos problemas de que trata. Em suma: uma sociologia aplicada.

Diante disso, o artigo propõe a investigação (1) da real participação de Simonsen na utilização desse modelo de Sociologia aplicada que foi realizado pelos professores Davis e Lowrie nos inquéritos já mencionados; e (2) das influências intelectuais que justificaram as escolhas tanto desses pesquisadores quanto da metodologia. Tal engajamento na luta pelo estabelecimento de um padrão salarial mínimo dos trabalhadores industriais inscrever-se-ia, assim, no contexto do esforço para o ingresso do país na modernidade, ou seja, na sociedade industrial, impulsionado por uma burguesia nativa, dotada, se não de um projeto, ao menos de uma visão relativamente organizada das ações que poderiam materializar tamanho intento.

Durante a realização de pesquisa intitulada *Reforma do Estado e transformação das elites econômicas e políticas de São Paulo* (2009), investigamos a transformação das elites econômicas e políticas de São Paulo fruto dos processos de reforma do Estado brasileiro, a partir de 1994. Ao longo dessa pesquisa, houve o encontro com a obra de Simonsen, que se enquadra em parte nas Ciências Sociais, em geral, e na Sociologia, em especial.

Não por acaso, Simonsen tornou-se um dos maiores líderes da burguesia industrial do Brasil da época. Foi, em grande parte, graças a suas ações que os industriais atuaram buscando influenciar a política econômica de então. E sua ascensão como liderança e como pensador de sua classe deu-se ao mesmo tempo em que, no Brasil, ocorria, especialmente a partir da década de 1930, a implantação do capitalismo industrial, o fortalecimento do Estado como fator decisivo para a industrialização e, conseqüentemente, a chegada da burguesia nacional ao poder².

Sobre essa questão, Ianni (1989) explica que o Estado ocupou o centro decisório do desenvolvimento industrial brasileiro, atuando por meio de intervenção direta na economia e na sociedade, de forma a organizar as condições já existentes e criar as restantes para a implantação da nascente burguesia e de sua ideologia.

O autor ainda explica que, como nos países subdesenvolvidos, o processo de industrialização significa uma ruptura, ainda que parcial, com a ordem estabelecida. Para que

² Somos conhecedores da polêmica científica que essa afirmação carrega consigo, especialmente no que tange à formulação da burguesia enquanto classe e de sua chegada ao poder, contestada, entre outros, por Fernando Henrique Cardoso (1972). A despeito de tais formulações, nosso entendimento é o de que não se deve tomar a análise da burguesia nacional por seu lado negativo, porque tal procedimento impede a percepção de um caminho singular na construção da classe, certamente pontuado por condutas equivocadas, mas também por conquistas significativas. Para uma discussão detalhada acerca desse tema, ver a obra de Eli Diniz e Renato Boschi (1977).

a burguesia industrial consolidasse sua hegemonia na sociedade e em sua própria classe, era preciso criar uma ideologia capaz de convencer os demais setores sociais a respeito das vantagens que o capitalismo industrial traria para o país. Para tanto, associaram a industrialização com o desenvolvimento e a modernidade, de forma a tornar válidos todos os esforços empregados nesse sentido, especialmente os praticados pelo Estado e pelas demais classes sociais. Essa ideologia era o desenvolvimentismo, que seria, então, o instrumento ideológico utilizado pela burguesia industrial para consolidar sua hegemonia na sociedade e em relação às demais classes, especialmente junto ao proletariado.

No entanto, mesmo já havendo no mundo todas as categorias do capitalismo desenvolvidas ou realizadas, inclusive sua negação socialista, para que tal transição acontecesse internamente, era essencial o engajamento do Estado, tanto na economia quanto na sociedade. Foi preciso, desse modo, que, além das condições criadas pela economia cafeeira, houvesse uma crise na economia mundial que precipitasse a transformação econômico-social do Brasil, à cargo do Estado. Dessa maneira, a precipitação das condições para a implantação do capitalismo industrial encontrou uma sociedade com classes de constituição débil, sem partidos ou organizações capazes de fazer repercutir sua ideologia ou de realizar as possibilidades que se encontravam abertas. Daí a necessidade do Estado de atuar em todas essas frentes, agindo como o mediador da *práxis* burguesa, sem o qual a mesma não se estabeleceria por completo (IANNI, 1989, p.108).

É nesse contexto histórico que a busca pelo desenvolvimento econômico e a ascensão da classe burguesa ganha contornos mais nítidos, bem como se fundam as relações de poder entre os industriais, o proletariado, os produtores rurais e o capital internacional, sendo também esse o momento em que Simonsen constrói suas formulações a respeito dos problemas brasileiros. Foi também nesse mesmo contexto histórico (as três principais décadas, de 1910 a 1940, em que ocorreram as transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o Brasil no período) que Simonsen desempenhou suas atividades intelectuais de forma mais marcante, abrindo a discussão sobre o problema do subdesenvolvimento que afetava o Brasil e outras nações da América Latina e do Mundo. E foi propondo soluções para a superação dessa questão que Simonsen muito contribuiu, portanto, para a formulação do modelo nacional-desenvolvimentista, anos depois.

Melhor situando a condição e a importância intelectual da obra de Simonsen e sua conexão com a questão da superação do subdesenvolvimento, Vera Cepêda (2007) aponta que a própria situação de crise econômica, que o mundo atravessava no período, serviu de

catalisador para a criação de outros modelos. Tais modelos colocavam em dúvida o liberalismo clássico, não buscando negá-lo, mas contestando sua eficiência enquanto gerador de riquezas e de progresso.

Assim, ainda segundo a autora, o problema fundamental com o qual a obra de Simonsen debateu-se seria o subdesenvolvimento do Brasil, suas causas e as maneiras pelas quais ele poderia ser superado. Esse posicionamento situa-se na mesma chave interpretativa na qual atuaram Celso Furtado (1998) e Fernando Henrique Cardoso (1972), sendo que as diferenças entre as obras são também características do tempo em que cada um desses intelectuais atuou e dos resultados práticos advindos da aplicação dessas teorias.

E é exatamente nesse contexto, pois, que a questão da condição de vida dos trabalhadores surge para o autor. Para Simonsen (1934), o conceito de padrão de vida abrangia mais do que a remuneração pelo trabalho, mas incluía uma gama de outros aspectos culturais e morais que, em conjunto, seriam capazes de inserir os trabalhadores brasileiros nas novas exigências que o nascente capitalismo industrial necessitava.

Ademais, o intelectual/empresário preocupava-se com o futuro do Brasil, que percebia ameaçado pelo desequilíbrio material e cultural existente entre os membros das classes trabalhadoras e dominantes, desajuste esse que, em seu entendimento, ruía a harmonia coletiva sem a qual não seria possível o progresso. O autor também defendia que a elevação do padrão de vida dos brasileiros para um padrão mais digno, dar-se-ia, de um lado, pelo pagamento de melhores salários e, por outro, com o barateamento do custo de vida, na medida em que o aumento do poder aquisitivo das famílias era a base na qual se sustentaria o crescimento da economia brasileira.

Estudando o capitalismo alemão, Simonsen (1932) aponta para elementos de seu pensamento sobre a sociedade e sobre a sociologia que iriam ser refletidos em ações futuras. E, desse modo, o autor afirma que:

A racionalização tem profundos efeitos sociais e age claramente contra ideias fundamentais do marxismo. A teoria dos altos salários está formando uma classe média muito mais numerosa que, podendo aplicar suas economias nos sistemas financeiros modernos, se interessa diretamente na produção beneficiando-se da parte correspondente aos lucros do capital. [...] Pensam muitos sociólogos que desse esforço formidável que a Alemanha está desenvolvendo para racionalizar a produção em todos os seus aspectos [...] nascerá uma verdadeira doutrina social que absorverá, naturalmente, as escolas atualmente divergentes. (SIMONSEN, 1932, p.244).

O cerne do raciocínio de Simonsen seria, portanto, o de que a racionalização era o método mais eficaz de harmonização social. Por conta disso, ele aponta que os sociólogos, que lamentavam não existir uma única escola capaz de solucionar as questões advindas do capitalismo industrial, deveriam ocupar-se de absorver o sistema racional alemão, que reputava, em conjunto com o desenvolvido nos EUA, como as bases de um modelo capaz de trazer o progresso material e cultural por ele desejados.

Assim, o empresário/intelectual vislumbrava nas ciências e, em particular, na sociologia, a solução para os problemas do subdesenvolvimento brasileiro, onde estaria inserida a discussão sobre o padrão de vida dos trabalhadores, assim como outras formulações a respeito do protecionismo ao nosso nascente mercado e o papel do Estado, que mais do que um regulador deveria ser um agente da promoção do desenvolvimento, planejando a economia a fim de alcançar os melhores resultados possíveis.

A propósito da relação do empresário com as ciências, Fábio Maza (2004a) aponta que essa é presença constante em sua obra e grande parte de suas formulações decorrem de sua ideia de que a racionalização é o método mais eficaz na solução dos conflitos.

Partindo do pressuposto de que Simonsen adotava como ideologia o positivismo, apontando para tanto as várias menções que o empresário faz, em suas obras, a conceitos relacionados a essa corrente sociológica, Maza (2004a) afirma que, não obstante não seja possível afirmar categoricamente a filiação daquele à corrente alguma das ciências sociais, é possível perceber em sua obra influências de autores como Comte, Spencer, Durkheim e Le Play, seja por meio da utilização de conceitos e de métodos, ou pela citação feita pelo próprio autor em seus discursos e textos. Essa seria, na verdade, a fonte da formulação de Simonsen de que a sociologia deveria colocar-se mais no campo da prática, seguindo os mesmos preceitos das ciências naturais. Del Vecchio e Diéguez (2009) têm posição contrária à esta hipótese, cuja análise retomada a seguir.

Tal visão científica da realidade nacional refletiu-se, também, nas formulações acerca do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores. Ainda de acordo com Maza (2004a), Simonsen enxergava a questão dos salários como inserida na racionalidade que pretendia conferir às relações de trabalho. Assim, além de desenvolver tecnologias capazes de racionalizar o processo produtivo e o conjunto de seus elementos, inclusive os políticos, o empresário também se ocupava em investigar as reais necessidades dos trabalhadores, a fim de se adequar os salários e, com isso, alcançar a harmonia nas relações capital/trabalho

É com base nessa crença nas ciências e na racionalização como formas de superação do subdesenvolvimento que Simonsen lança-se no projeto de fundação da Escola Livre de Sociologia de São Paulo – ELSP. Inserida, desse modo, no contexto da modernização do Brasil a que nos referimos na primeira parte deste artigo, a criação da ELSP é resultante do esforço de parte das elites da época, especialmente as de São Paulo, para criar um corpo de instituições que fosse capaz de formar cientistas, bem como uma reação de São Paulo à derrota sofrida em 1932, agora pela via da ciência. Simonsen aponta para esse caminho em seu discurso na ELSP:

A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente constituídas. São Paulo, embora moralmente ferido pelos dissabores dos últimos anos, deixará patente sua considerável força de resistência e dará novo exemplo de sua tradicional energia construtora, se prestar apoio integral ao novo órgão de ensino. [...] Possuindo Escolas superiores de incontestável valor, São Paulo precisa agora de formar as suas elites, educadas nas ciências sociais e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolui a nossa sociedade, como meio de mais facilmente aparelhar a conveniente escolha de seus homens de governo. (SIMONSEN, 1933, p.7 e p.334).

Por sua vez, o próprio Manifesto de Fundação da ELSP (1933, p.01) aponta para tal direção:

É evidente que este estado de coisas, não obstante a ilusão de alguns sonhadores de panaceias, não deriva de um fator único, suscetível de exame e solução tranquilizadora. Vários e diferentes são os fatores, cada qual de maior ou menor efeito corrosivo. Dentre eles, entretanto, destaca-se naturalmente por seu caráter básico, a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos. [...] Os instrumentos e processos de ensino em vigor, se permitem a formação de profissionais distintos, de especialistas notáveis, e acoçoam, por outro lado, especulações individuais, pesquisas isoladas, e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal. Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um certo centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social. A fundação da ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO vem preencher essa lacuna evidente.

Nota-se que o Manifesto da ELSP segue na direção de que a sociologia que será ensinada na instituição difere da produzida até então no ponto chave do qual, justamente, já

falamos: a aplicação prática. Ao propor a formação de profissionais capazes de estudar a “ligação do homem com o meio”, o “estudo das condições de existência e os problemas vitais”, o Manifesto já deixava transparecer, à época, uma das hipóteses com que iremos trabalhar neste trabalho, isto é, a influência de Simonsen tanto na escolha do tipo de sociologia que a ELSP iria desenvolver (a aplicada), quanto na escolha de seu tema inicial de pesquisa (a condição de vida dos trabalhadores).

Nesse sentido, Del Vecchio e Diéguez (2009) apontam que a colaboração interinstitucional entre a ELSP e os institutos científicos então existentes (Instituto de Educação, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, Departamento de Cultura de São Paulo e outras), inclusive com a circulação de profissionais entre elas, somada à emergência do tema das condições de vida dos trabalhadores no período, atuaram como facilitadores da realização das pesquisas desenvolvidas por Davis e Lowrie anos depois. No entanto, tal acontecimento somente se concretizou – e na própria ELSP –, devido à forte influência de Simonsen na instituição. (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2009, p.28-30).

Ainda sobre a participação de Simonsen na criação da ELSP, há um debate entre os autores que estudam sua obra, especialmente no que tange às influências sobre seu currículo inicial e projeto pedagógico. Berlink (1964), Carone (1977) e Maza (2004b), entre outros, indicam que Simonsen exercia influência entre os fundadores da instituição, mas não a fundou nem seria autor de seu projeto, que teria sido formulado por um grupo de jovens intelectuais ligados aos movimentos renovadores do período.

Em sentido parcialmente oposto, Del Vecchio e Diéguez (2009) afirmam que Simonsen teve sim participação não só na construção da ELSP como na escolha da sociologia aplicada e das pesquisas sobre a condição de vida dos trabalhadores, sendo que a delimitação mais aprimorada estaria na obra *Rumo à Verdade*, de 1933, em que o autor teria lançado as bases do projeto pedagógico da nascente instituição.

Os limites deste artigo não permitem o aprofundamento desse debate, mas lançamos mão de alguns argumentos que, em nosso ver, vão ao encontro de nosso objeto de análise.

Já vimos, por exemplo, que Simonsen acreditava que a ciência e a racionalização eram as melhores – se não as únicas – maneiras de superarmos o subdesenvolvimento. E esta racionalização aplicar-se-ia tanto à economia quanto à organização do trabalho, incluindo aqui a condição de vida dos trabalhadores. Seu desejo era, por meio da compreensão científica

das condições de trabalho e das leis econômicas, buscar o equilíbrio entre as classes, minimizando a disputa entre capital e trabalho.

Ora, Simonsen acreditava, portanto, que as ciências sociais eram o caminho para a obtenção desse equilíbrio, conforme já dissemos aqui inúmeras vezes. No entanto, ele defendia uma sociologia diferente da então praticada que, a seu ver, era muito preocupada com a forma literária e com a construção de teses distantes dos reais interesses sociais. Em conferência proferida no então Mackenzie College, Simonsen (1932, p.114) afirmou que:

A segunda dúvida [a primeira era a respeito de sua capacidade de proferir um discurso na condição de paraninfo da turma de formandos em Comércio], não me pejo de vos confessar, foi o temor de certa crítica, em matéria tão fora de minha órbita profissional. Há incontestavelmente em nosso meio, mais do alhures, a aristocracia da palavra, o mandonismo literário. Moços existem que tomaram como profissão a crítica da demolição. Com amontoados de livros filosóficos à esquerda, cuja leitura quase sempre lhes foi indigesta; tendo à direita o metro gramatical, atiram-se, desabridamente, sobre os incautos que se atrevem a falar sem sua audiência, com maior sinceridade de ideias do que preocupação de formas. Esse meio o venceu, talvez, o “atavismo”.

Como vemos, ainda que em caráter superficial, não obstante Simonsen adotasse a sociologia como a ciência capaz de apresentar os critérios científicos que trariam o equilíbrio racional à sociedade, não via no modelo tradicional europeu as condições de realizar tal tarefa. Era necessário, pois, outra sociologia, prática, aplicada, que fosse a campo com o intuito de constatar os problemas e, a partir daí, desenvolver as soluções. E o currículo inicial da ELSP continha exatamente essa linha de conduta, com disciplinas, como a Economia Social, que expressavam exatamente as características que Simonsen desejava ver nos pesquisadores sociais. Isso já demonstra, razoavelmente, o fundamento de nossa tese, pois já se vê a influência do posicionamento teórico de Simonsen na constituição da Escola e de seu currículo. Del Vecchio e Diéguez (2009, p.36) caminham nessa mesma direção:

Enfim, a diretiva que apontava para a capacitação de praticantes da Sociologia Aplicada realizava-se pela observação dos programas disciplinares, mas, acima disso, pela forma como se conduziam as atividades da Escola. Neste ponto, novamente a atuação de Simonsen foi decisiva, pois, além de ter uma liderança por muitos reconhecida, tinha clareza quanto à natureza da ciência social que queria implantar na ELSP.

Logo, guardadas as proporções deste trabalho, podemos ver que a leitura de Simonsen aponta para o maior acerto da hipótese de Del Vecchio e Diéguez (2009), isto é, para hipótese que aqui também traçamos, de que o empresário teria influenciado não só a

construção da ELSP como também seu currículo inicial e as pesquisas elaboradas nos anos 1930.

Há, ainda, outros elementos indicando a importância da participação de Simonsen nesse processo. Um deles é a escolha do método de pesquisa adotado por Davis e Lowrie para os inquéritos, anteriormente citados, desenvolvidos pela ELSP na década de 1930.

Simonsen (1933) menciona uma série de autores que, em sua visão, contribuíram para o avanço das ciências sociais, especialmente no que tange ao caráter investigatório e prático de seus métodos. Um destes autores é Frédéric Le Play, um sociólogo francês (1806-1882) cuja produção não é, em geral, citada como das mais importantes para as ciências sociais. Seu principal livro, *Les Ouvriers européens. Étude sur les travaux, la vie domestique et la condition morale des populations ouvrières de l'Europe*, de 1876, é a citada por Simonsen na passagem acima e traz o relato de Le Play sobre as pesquisas por ele realizadas junto aos trabalhadores europeus do período.

Partindo da família como a unidade social irreduzível, Le Play estudou os orçamentos domésticos de famílias de metalúrgicos, mineiros e outros trabalhadores de grande parte das regiões da Europa, criando o método monográfico e estabelecendo critérios para os estudos das famílias que restaram consagrados na produção científica em sociologia (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2009; BOTELHO, 2002).

Neste trabalho não se buscará maior um aprofundamento sobre obra de Le Play, mas é importante destacar que a pesquisa por ele realizada possui um molde idêntico, no que tange ao método, àquela desenvolvida em São Paulo pela Escola Livre de Sociologia e Política. Essa constatação, somada ao elogio de Simonsen à obra do sociólogo francês não comprovam nossas hipóteses, mas apontam, seguramente, na direção da influência do empresário no projeto pedagógico da Escola e na realização das pesquisas sobre a condição de vida dos trabalhadores, na medida em que foi exatamente o método monográfico elogiado por Simonsen o empregado por Davis e Lowrie em suas pesquisas que, por sua vez, foram realizadas pela instituição para cuja fundação e funcionamento Simonsen em muito concorreu.

Há, ainda, outros fatores que nos guiam na mesma direção. Já vimos que Maza (2004a) considera que o empresário coloca-se no campo positivista, ainda que não declare isso, na medida em que se utiliza de conceitos e métodos típicos dos positivistas, que viam a sociedade como um corpo cujo perfeito funcionamento somente se daria com o equilíbrio

entre os indivíduos. Essa preferência ideológica teria, portanto, levado Simonsen a optar pelo método de Le Play para as pesquisas realizadas pela ELSP.

Em sentido oposto, Del Vecchio e Diéguez (2009) apontam que a escolha de Le Play deu-se mais em virtude do idealismo prático com o qual Simonsen via o mundo do que por filiação ideológica. Explicam os autores que, para o empresário, importava escolher um método que fosse o mais adequado ao objeto que pretendia estudar, não sendo sua intenção desenvolver um tipo próprio de sociologia, mas sim buscar resultados práticos que melhor se enquadrassem nos problemas a serem resolvidos.

Uma vez mais, nos parece que a hipótese de Del Vecchio e Diéguez (2009) adéqua-se ao pensamento de Simonsen, um crítico do modelo de sociologia acadêmica que, com seu idealismo prático, mantinha um pensamento pragmático em relação à constatação e solução dos problemas sociais.

Por fim, outra questão que aponta para a participação do empresário no projeto fundador da Escola e, por consequência, das pesquisas de campo realizadas, é o fato de que tanto Horace Davis como Samuel Lowrie eram professores americanos formados pela Universidade de Colúmbia, que à época concorria com Chicago na produção sociológica americana.

Simonsen era um entusiasta da forma como os americanos resolveram seus problemas de desenvolvimento, bem como de sua sociologia, detentora de um método mais voltado para a objetividade e para a psicologia social (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2009). E, no especial caso da Universidade de Colúmbia, essa, a fim de distanciar-se da concorrente Chicago e colocar-se como alternativa, adotou um método de pesquisa humanista baseado em estatísticas e em demografia, características que Simonsen via como ideais para serem aplicadas no Brasil, facilitando sua escolha pelos professores (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2009).

Resta, por fim, uma última questão que gostaríamos de tratar: Simonsen apoderou-se do fato de que a sociologia brasileira percorreria um caminho diferente da produzida em outros países, na medida em que, aqui, sua tarefa era a de entender a construção da nação, que acontecia, como vimos, *pari passo* com sua institucionalização. Em síntese, de acordo com Villas Boas (1997, p.74):

A pergunta que funda a disciplina já estava inscrita na tradição sobre o Brasil e dizia respeito à identidade da sociedade brasileira. Interessava investigar os problemas concretos do país, principalmente conhecer suas peculiaridades e

para saber de suas possibilidades de integrar-se ao concerto das nações modernas.

Imbuído desse sentimento, Simonsen teria impulsionado as pesquisas de Davis e Lowrie, que acabaram por se tornar “[...] um sinal da virada temática, [...] deslocando a sociologia do estudo preferencial das classes dominantes para o estudo das classes dominadas.” (CANDIDO, 2006, p.47, apud DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2009, p.43).

É possível, portanto, argumentar que Simonsen teve realmente uma participação decisiva na institucionalização da sociologia brasileira, bem como que atuou para desenvolver uma sociologia que guardasse relação com seu pensamento, marcado pelo conceito já discutido de idealismo prático, que via nas ciências – entre elas a sociologia aplicada – a solução para a questão do desenvolvimento brasileiro.

THE CONTRIBUTION OF ROBERTO SIMONSEN FOR THE CONSOLIDATION OF APPLIED SOCIOLOGY IN BRAZIL

ABSTRACT: *The aim of this study is to investigate the importance of Roberto Simonsen and research on the living conditions of workers in São Paulo by the Free School of Sociology and Social Policy in the 1930s to the consolidation of sociology applied to Brazil. We propose to investigate the influence of Roberto Simonsen on using the model of Sociology in the cited research, the intellectual influences which justify the choice of both researchers, the methodology and the practical consequences of these attitudes for sociology and for Brazil.*

KEYWORDS: *Living conditions. Institutionalization of sociology in Brazil.*

REFERÊNCIAS

BERLINK, C. Comemorações do 40º aniversário da escola de sociologia e política de São Paulo. **Ciências Políticas e Sociais**, São Paulo, v.2, n.3, p.251-253, 1964.

BOTELHO, T. R. A Família na Obra de Frédéric Le Play. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.45, n.3, p.513-544, 2002.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v.18, n.01, p.271-301, 2006.

CARDOSO, F. H. **Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1972.

CARONE, E. **O pensamento industrial no Brasil: 1880-1945**. São Paulo: Difel, 1977

CEPEDA, V. Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12., Uberlândia, 2007. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2007. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/2_congresso/_861_d4b012a6ed845f6bac443e6cd55e34a7.pdf> . Acesso em: 30 set. 2009.

DEL VECCHIO, A.; DIÉGUEZ, C. **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo: Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009.

DINIZ, E. C.; BOSCHI, R. R. Elite industrial e Estado: uma análise da ideologia do empresariado nacional dos anos 70. In: MARTINS, C. E. (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec-Cebrap, 1977. p.167-188.

ESCOLA Livre de sociologia e política de São Paulo. **Manifesto de Fundação**. São Paulo, 1933. Disponível em: <http://www.fespsp.org.br/Mantenedora/Manifesto_de_Fundacao_da_Escola.htm>. Acesso em: 30 set. 2009.

FREITAS, M. J. **Reforma do Estado e transformação das elites econômicas e políticas de São Paulo**. 2009. 112f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1998.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAZA, F. Ciência e tecnologia no pensamento de Roberto Simonsen. **Guanicuns**, Goiás, v.1, p.133-158, 2004a.

_____. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação**. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004b.

SIMONSEN, R. **Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras**. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.

_____. **Rumo à verdade**. São Paulo: São Paulo Editora, 1933.

_____. **À margem da profissão**: discursos, conferências, publicações. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.

VILLAS BOAS, G. A recepção da sociologia alemã no Brasil: notas para uma discussão. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.44, p.73-80, 1997.